

Pacto para crescer

Economia Brasil

Economia Brasil
118
Reportagem 0114

JORNAL DE BRASILIA

08 AGO 2000

Ministro da Fazenda propõe acordo político partidário para garantir desenvolvimento

GERALDO MAGELA

**MALAN TEME
EFEITO NEGATIVO
NOS INVESTIDORES
ESTRANGEIROS, EM
2002, DA SUCESSÃO
PRESIDENCIAL**



O MINISTRO da Fazenda, Pedro Malan, não quer que a sucessão presidencial prejudique a economia

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, sugere que as forças políticas mais representativas do País pensem na idéia de promover um acordo básico em torno de questões estruturais - do ponto de vista político, social e econômico - identificadas como essenciais para a continuidade do crescimento e do desenvolvimento econômico brasileiro. O ministro disse que acompanha com atenção o impacto do processo sucessório presidencial de 2002 sobre as expectativas dos agentes econômicos. Ele admitiu que um efeito pode ser a piora da percepção se os investidores estrangeiros não tiverem algumas certezas sobre a evolução da economia brasileira.

O ministro menciona dois exemplos de compromissos que seriam tranquilizadores para quem vê o País como um mercado atraente e promissor: a garantia de continuidade das políticas de controle da inflação, hoje expressas no modelo de "metas inflacionárias" adotado pelo Banco Central; e a indicação do compromisso com o equilíbrio das contas fiscais como algo situado acima dos interesses programáticos dos partidos. Ele observou que a idéia de um compromisso nacional dos partidos, independente-

mente de cor ideológica, seria um sinal de avanço institucional do País. O ministro faz, porém, uma ressalva: ele diz que o Brasil avançou nas reformas estruturais e já pode contar com instrumentos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que representam uma garantia de que as questões fiscais não serão descuidadas pela sociedade.

O confronto entre forças que divergem entre si sobre políticas atualmente consideradas universais, tais como o esforço permanente em busca do equilíbrio entre arrecadação e despesas na esfera pública, segundo o ministro pode reduzir o grau de previsibilidade do sistema político-econômico e afetar as expectativas dos atores sobre o que

acontecerá a médio e longo prazo. Embora sejam movimentos de minorias políticas, idéias como a de organizar um plebiscito sobre o pagamento da dívida externa defendidas por uma tendência da esquerda liderada pelo PT e o PDT, revelam divergências da política local que podem ser mal interpretadas no exterior.

Malan lembra que acordos políticos em torno de pontos que se tornam consenso nacional não são mais novidade nos mercados e democracias emergentes. Nos recentes processos sucessórios do Chile e da Argentina, exemplificou, um acordo básico sobre questões nacionais, colocadas acima das divergências entre forças elei-

torais, foi decisivo para que a competição se desse com serenidade e não abalasse a confiança nesses países. "O presidente Fernando de La Rúa foi eleito pela oposição ao ex-presidente Carlos Menem", lembrou o ministro, acrescentando, entretanto, que um ano antes da eleição os partidos assinaram um compromisso sobre questões-chave para a economia do país postas acima da disputa eleitoral, com destaque, entre elas, para a defesa do regime de conversibilidade cambial.

O ministro acredita que a existência de compromisso político situado acima da conjuntura eleitoral constitui parte essencial das medidas necessárias para manter o País no caminho da estabili-

dade e da prosperidade. Nesse sentido, para Malan, torna-se mais importante ainda a evolução das reformas nas esferas da política e do Judiciário. "Quanto mais previsível o comportamento dos diferentes atores em relação a temas essenciais, maior a confiança do investidor e menor o risco do País", explicou.

A preocupação do governo com o impacto da sucessão presidencial sobre a economia faz sentido. A incerteza sobre o resultado eleitoral tem um preço entre os investidores do mercado financeiro. Segundo o diretor de um grande banco, o mercado hoje pede um prêmio de 2,5 pontos percentuais para papéis com vencimento em agosto de 2002 e de 3,5 pontos para os com vencimento um ano depois, em agosto de 2003. Já o prêmio exigido para a dívida interna indexada em dólar (cupom cambial) é de apenas 0,5 ponto percentual para janeiro de 2003.

Esses são prêmios que refletem uma percepção de baixo risco para movimentos de ruptura com o modelo econômico vigente. Ou seja, observa a fonte, o mercado não acredita que o PT possa vencer a eleição, considera a hipótese de vitória de Ciro Gomes como "de pouco risco para os rumos da economia", porque se convenceu de que ele, apesar do discurso oposicionista, só se elegerá numa aliança com as atuais forças oficiais, e, por fim, ainda acredita que surgirá, nos partidos governistas, um nome competitivo para disputar a corrida presidencial e suceder Fernando Henrique em janeiro de 2003.